



JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária de Goiás

ALERTA SEBIB

SEÇÃO DE BIBLIOTECA

NÚMERO

20/2024

PÁGINA Nº

1 de 11

RESPONSÁVEL

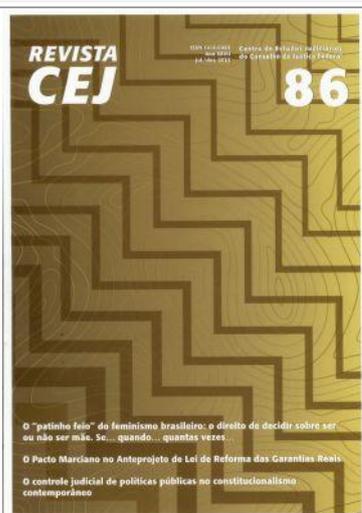
Iris Helena

SUMÁRIO

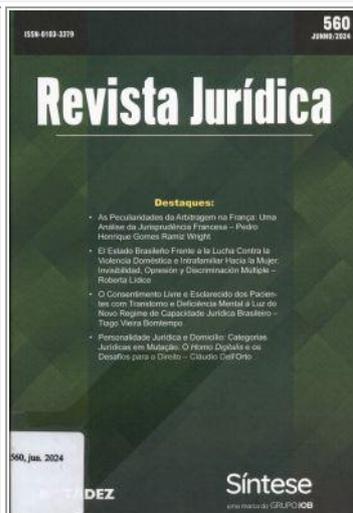
– LEGISLAÇÃO

- Atos do Poder Executivo
- Presidência da República
- Atos do Poder Legislativo
- Congresso Nacional
- Atos do Poder Judiciário
- Conselho Nacional de Justiça
- Conselho da Justiça Federal
- Tribunal Regional Federal da 1ª Região

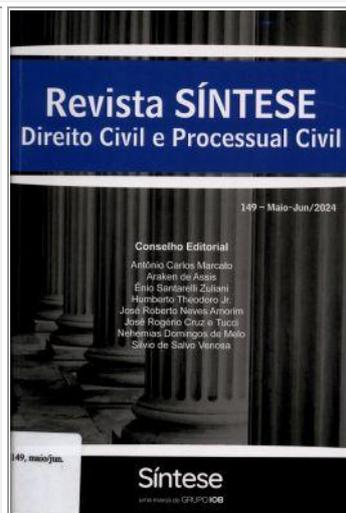
III- PERIÓDICO



Revista CEJ



Revista Jurídica



Revista Síntese Direito Civil e
Processual Civil



JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária de Goiás

ALERTA SEBIB

SEÇÃO DE BIBLIOTECA

NÚMERO
20/2024

PÁGINA Nº
2 de 11

RESPONSÁVEL
Iris Helena

LEGISLAÇÃO

ATOS DO PODER EXECUTIVO

Presidência da República

[Decreto n. 12.118, de 23 de julho de 2024](#)

Regulamenta o disposto na [Lei Complementar nº 206, de 16 de maio de 2024](#), que autoriza a União a postergar o pagamento da dívida de entes federativos afetados por calamidade pública reconhecida pelo Congresso Nacional, mediante proposta do Poder Executivo federal, e altera o [Decreto nº 10.681, de 20 de abril de 2021](#), e o [Decreto nº 10.819, de 27 de setembro de 2021](#).

DOU - Seção 1, p. 1-2, 24/07/2024

[Decreto n. 12.119, de 25 de julho de 2024](#)

Revoga dispositivos do [Decreto nº 12.091, de 3 de julho de 2024](#), que institui a Rede Federal de Mediação e Negociação - Resolve.

DOU - Seção 1, p. 1-2, 26/07/2024

ATOS DO PODER LEGISLATIVO

Congresso Nacional

[Lei n. 14.932, de 23 de julho de 2024](#)

Acrescenta § 5º ao art. 29 da [Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012](#) (Código Florestal), para autorizar a apresentação do Cadastro Ambiental Rural (CAR) para fins de apuração da área tributável de imóvel rural; e revoga o § 1º do art. 17-O da [Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981](#), para retirar o caráter obrigatório da utilização do Ato Declaratório Ambiental (ADA) para efeito de redução do valor a pagar do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR).

DOU - Seção 1, p. 1, 24/07/2024

[Lei n. 14.933, de 24 de julho de 2024](#)

Altera a [Lei nº 11.438, de 29 de dezembro de 2006](#), para permitir que pessoas físicas sejam proponentes de projetos no âmbito da referida Lei.

DOU - Seção 1, p. 1, 25/07/2024

[Lei n. 14.934, de 25 de julho de 2024](#)

Prorroga, até 31 de dezembro de 2025, a vigência do Plano Nacional de Educação, aprovado por meio da [Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014](#).

DOU - Seção 1, p. 1, 25/07/2024

[Lei n. 14.935, de 26 de julho de 2024](#)

Institui a Política Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana.

DOU - Seção 1, p. 1, 29/07/2024

[Lei n. 14.937, de 26 de julho de 2024](#)

Institui a Letra de Crédito do Desenvolvimento (LCD); altera as Leis nºs [13.483, de 21 de setembro de 2017](#), e [11.076, de 30 de dezembro de 2004](#); e revoga dispositivos das Leis nºs [14.366, de 8 de junho de 2022](#), e [14.440, de 2 de setembro de 2022](#).

DOU - Seção 1, p. 1, 29/07/2024



JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária de Goiás

ALERTA SEBIB

SEÇÃO DE BIBLIOTECA

NÚMERO
20/2024

PÁGINA Nº
4 de 11

RESPONSÁVEL
Iris Helena

ATOS DO PODER JUDICIÁRIO

Conselho Nacional de Justiça

Presidência

[Resolução n. 567, de 2 de julho de 2024](#)

Altera a [Resolução CNJ nº 557/2024](#) (p. 5-7), que institui Política Pública de Estímulo à Lotação e à Permanência de Magistrados (as) em Comarcas definidas como de difícil provimento.
eDJ-CNJ n. 170, de 30/07/2024, p. 2

Conselho da Justiça Federal

Presidência

[Portaria n. 380, de 23 de julho de 2024](#)

Dispõe sobre o funcionamento da Ouvidoria do Conselho da Justiça Federal.
DOU - Seção 1, p. 160-161 de 30/07/2024

[Portaria n. 415, de 29 de julho de 2024](#)

Altera o anexo IV da [Portaria n. 848, de 19 de dezembro de 2023](#), que define a cadeia de valor, o modelo de negócios e a arquitetura de processos de 1º e 2º níveis do Conselho da Justiça Federal.
Boletim de Serviço Eletrônico - CJF em 29/07/2024



ALERTA SEBIB

NÚMERO
20/2024

SEÇÃO DE BIBLIOTECA

PÁGINA Nº
5 de 11

RESPONSÁVEL
Iris Helena

Tribunal Regional Federal da 1ª Região

Presidência

[Ato n.942, de 24 de julho de 2024](#)

Altera, a área de atividade/especialidade do cargo vago de Analista Judiciário, Área Administrativa, do Quadro de Pessoal da Justiça Federal de Primeiro Grau, Sede da Seção Judiciária de Goiás, para Analista Judiciário, Área Judiciária.

BDTRF1, 25 de julho de 2024

[Portaria n. 807, de 24 de julho de 2024](#)

Altera a Portaria Presi 274 de 15 de julho de 2015, que dispõe sobre a delegação de competência aos diretores de foro para os procedimentos de prorrogação dos prazos de requisição de servidores e empregados públicos no âmbito da Justiça Federal da 1ª Região (seções e subseções judiciárias).

BDTRF1, 25 de julho de 2024

Presidência e Corregedoria Regional

[Resolução Conjunta n. 4, de 17 de julho de 2024](#)

Altera a [Resolução Presi 18, de 3 de maio de 2016](#), que dispõe sobre a realização de audiência de custódia no âmbito da Justiça Federal da 1ª Região.

BDTRF1, 25 de julho de 2024



JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária de Goiás

ALERTA SEBIB

NÚMERO
20/2024

SEÇÃO DE BIBLIOTECA

PÁGINA Nº
6 de 11

RESPONSÁVEL
Iris Helena

III – PERIÓDICOS

REVISTA CEJ Nº 86 – JUL.-DEZ./2023

DIREITO CONSTITUCIONAL

8 O CONTROLE JUDICIAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS NO CONSTITUCIONALISMO CONTEMPORÂNEO
The judicial control of public policies in contemporary constitutionalism
Ivan de Mendonça Filho

16 A DIGNIDADE HUMANA COMO PONDERAÇÃO NA COLISÃO DE DIREITOS FUNDAMENTAIS ATINENTES AO ABORTO DE FETO ANENCEFÁLICO
Human dignity as a balance in the collision of fundamental rights related to anencephalic fetus abortion
Lorenzo Borges de Pietro
Martiane Jaques La Flor
Nicolli Francieli Gross

27 OS DEVERES FUNDAMENTAIS NAS CONSTITUIÇÕES SOVIÉTICAS E A MONOLATRIA DO DIREITO COMO OBSTÁCULO EPISTEMOLÓGICO
Fundamental duties in the Soviet constitutions and the monolatry of law as an epistemological obstacle
Esdras Boccato

DIREITOS HUMANOS

37 O “PATINHO FEIO” DO FEMINISMO BRASILEIRO: o direito de decidir sobre ser ou não ser mãe. se... quando... quantas vezes...
The “ugly duckling” of Brazilian feminism: the right to decide about being or not being a mother. If... when... how many times...
Sílvia Pimentel
Maria Almeida Mendes de Oliveira

DIREITO CIVIL

56 O PACTO MARCIANO NO ANTEPROJETO DE LEI DE REFORMA DAS GARANTIAS REAIS
The Marciano Adjustment in preliminary project for the real estate securities system's reformulation
Edgard Audomar Marx Neto
Arthur Bittar Rodrigues Nunes

65 A DECLARAÇÃO DE VONTADE NA PERSPECTIVA DO DIREITO CIVIL ALEMÃO
The declaration of will from the perspective of German Civil Law
Leonardo Estevam de Assis Zanini



JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária de Goiás

ALERTA SEBIB

NÚMERO
20/2024

SEÇÃO DE BIBLIOTECA

PÁGINA Nº
7 de 11

RESPONSÁVEL
Iris Helena

- 76** DIREITO CIVIL COMPARADO EM PERSPECTIVA: estudo sobre a responsabilização hospitalar no Brasil e em Portugal
Comparative Civil Law in perspective: study on hospital liability in Brazil and Portugal
Natalie Maria de Oliveira de Almeida
Lilianne Maria Furtado Saraiva
Katherine Duarte Guimarães
- DIREITO DO CONSUMIDOR **84** SUPERENDIVIDAMENTO DO CONSUMIDOR: análise da autocomposição na repactuação de dívidas à luz da terceira onda renovatória de acesso à justiça
Consumer over-indebtedness: analysis of self-settlement in debt renegotiation in light of the third renewing wave of access to justice
Isadora Silveira Boeri
- DIREITO DA CONCORRÊNCIA **92** SOLUÇÕES CONSENSUAIS COMO APRIMORAMENTO DA SEGURANÇA JURÍDICA NAS RELAÇÕES ENTRE AS AUTORIDADES REGULADORAS E ANTITRUSTE NOS MERCADOS SETORIAIS
Consensus solutions as an improvement in legal certainty in relations between regulatory and antitrust authorities in sectoral markets
Paulo André Espírito Santo
- DIREITO PROCESSUAL CIVIL **107** O PÊNDULO DA VERDADE NO DIREITO PROBATÓRIO
The pendulum of truth in evidential law
Cássio Benvenuti de Castro
- 118** CONSIDERAÇÕES SOBRE O EXERCÍCIO DA LIDERANÇA PELO JUIZ-GESTOR NA CONDUÇÃO DE LITÍGIOS ESTRUTURAIS
Considerations on the exercise of leadership by the judge-manager in the handling of structural injunctions
Fabrício de Lima Borges
- 124** (RE)PENSANDO O PROCEDIMENTO E AS PRÁTICAS DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS CÍVEIS SOB A PERSPECTIVA DO PROCESSO DEMOCRÁTICO
(Re)thinking the procedure and practices of the Special Federal Civil Courts from the perspective of the democratic process
Elise Avesque Frota
Carlos Marden Cabral Coutinho
- DIREITO TRIBUTÁRIO **133** POSSIBILIDADES ESTRATÉGICAS DE USO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NA SUPERAÇÃO DA CRISE DO CONTENCIOSO JUDICIAL TRIBUTÁRIO BRASILEIRO
Strategic possibilities of using artificial intelligence to overcome the Brazilian tax litigation crisis
Manoel Tavares de Menezes Netto
- DIREITO DOS ANIMAIS **139** A PERMISSÃO DO MAL FAZ PARTE DA MALDADE: estudo de caso do Agravo de Instrumento (AI) n. 2201108-22.2018.8.26.0000 do Tribunal de Justiça de São Paulo
The permission of evil is part of evilness: a case study of the Interlocutory Appeal (IA) N. 2201108-22.2018.8.26.0000 of the Court of Justice of São Paulo
Valine Castaldelli Silva
Alexandre Ribas de Paulo



JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária de Goiás

ALERTA SEBIB

SEÇÃO DE BIBLIOTECA

NÚMERO
20/2024

PÁGINA Nº
8 de 11

RESPONSÁVEL
Iris Helena

SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

- 145** OS TRIBUNAIS TÊM ESTRUTURAS PARA GERENCIAR RISCOS DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO? Um estudo à luz das três linhas
Does the courts have structures to manage information security risks? A study considering the three lines
Renato Solimar Alves
Carlos Eduardo Mancini Queiroz
Rafael Rabelo Nunes

PATRIMÔNIO DOCUMENTAL

- 161** SALVAGUARDA AO PATRIMÔNIO DOCUMENTAL: o Centro de Memória da Justiça Federal em Minas Gerais e a preservação de memórias
Safeguarding documental heritage: the memory center of the Federal Justice of Minas Gerais and the preservation of memories
Hellen Tauana Silva Batista

INDICAÇÕES LITERÁRIAS

- 171** MEDIAÇÃO NAS CORTES SUPERIORES: da teoria à prática
Por Paulo de Tarso Vieira Sanserverino
- 172** PROCESSO TRIBUTÁRIO: administrativo e judicial
Por Assusete Magalhães
- 173** O EXERCÍCIO REGULAR DO PODER DISCRICIONÁRIO: uma visão sobre limites e possibilidades do ato administrativo
Por Fernanda Duarte



JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária de Goiás

ALERTA SEBIB

SEÇÃO DE BIBLIOTECA

NÚMERO
20/2024

PÁGINA Nº
9 de 11

RESPONSÁVEL
Iris Helena

REVISTA JURÍDICA Nº 560 – JUN./2024

Doutrinas

CIVIL, PROCESSUAL CIVIL E COMERCIAL

1. Personalidade Jurídica e Domicílio: Categorias Jurídicas em Mutação. O *Homo Digitalis* e os Desafios para o Direito
Cláudio Dell'Orto 9
2. O Consentimento Livre e Esclarecido dos Pacientes com Transtorno e Deficiência Mental à Luz do Novo Regime de Capacidade Jurídica Brasileiro
Tiago Vieira Bomtempo 25
3. As Peculiaridades da Arbitragem na França: Uma Análise da Jurisprudência Francesa
Pedro Henrique Gomes Ramiz Wright..... 53

PENAL E PROCESSUAL PENAL

1. El Estado Brasileño Frente a la Lucha Contra la Violencia Doméstica e Intrafamiliar Hacia la Mujer: Invisibilidad, Opresión y Discriminación Múltiple
Roberta Lídice 73



JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária de Goiás

ALERTA SEBIB

SEÇÃO DE BIBLIOTECA

NÚMERO
20/2024

PÁGINA Nº
10 de 11

RESPONSÁVEL
Iris Helena

REVISTA SÍNTESE CIVIL E PROCESSUAL CIVIL Nº 149 – MAIO-JUN./2024

Assunto Especial

IMPENHORABILIDADE – QUESTÕES CONTROVERTIDAS

DOCTRINA

1. Questões Controvertidas sobre a Impenhorabilidade e o Entendimento do Superior Tribunal de Justiça
Marcos Paulo Pereira Gomes9

Parte Geral

DOCTRINAS

1. A Proposta Regulatória da União Europeia para a Inteligência Artificial – A Versão Negociada entre o Parlamento e o Conselho
Demócrito Reinaldo Filho45
2. Os Limites de Produção de Prova pelo Juízo
José Henrique Mouta Araújo e Vinicius Silva Lemos53
3. O Silêncio (Falado, Eloquente, Qualificado) e Sua Implicação e Vinculação para os Negócios Jurídicos e os Contratos
Felipe Cunha de Almeida66
4. Notas sobre a Usucapião Extrajudicial
Cássio Monteiro Rodrigues79
5. A Comprovação da Regularidade Fiscal da Empresa para a Concessão da Recuperação Judicial: Análise Legislativa e Jurisprudencial até a Lei nº 14.112/2020 e Perspectivas após o REsp 2.053.240/SP
Ana Cristina Reolon e Gustavo Lorenset Benedetti99
6. Do Prazo Decadencial do Inquérito Civil Público de Dois Anos e 30 Dias para Conclusão e Propositura da Ação de Improbidade Administrativa pelo Ministério Público
Mauro Roberto Gomes de Mattos 122
7. Breves Considerações sobre o Projeto de Lei nº 03/2024
Carlos Roberto Claro138



JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária de Goiás

ALERTA SEBIB

SEÇÃO DE BIBLIOTECA

NÚMERO
20/2024

PÁGINA Nº
11 de 11

RESPONSÁVEL
Iris Helena

Seção Especial

ESTUDOS JURÍDICOS

1. Contrato de Franquia – Os Limites de Intervenção da Franqueadora
Sob a Operação da Franquia
Guilherme Stefano do Nascimento.....214